

# Tintura liberal do Congresso

- 4 FEV 1995

JORNAL DE BRASÍLIA  
GAUDÊNCIO TORQUATO

A primeira leitura sobre a composição do novo Congresso Nacional sugere uma ligeira guinada para a esquerda, consequência do aumento das bancadas situadas no lado esquerdo do arco ideológico. A tendência é mais visível na Câmara, onde os partidos historicamente considerados de esquerda somam cerca de 270 parlamentares, mais da metade do total de 513 deputados. Fosse esta a leitura, veríamos um Congresso afinado com pontos de vista em torno, por exemplo, da estabilidade do funcionário público, continuidade da aposentadoria por tempo de serviço, monopólio do petróleo e das telecomunicações. A segunda leitura permite se distinguir contornos de um sopro liberal, que guiaria as decisões no rumo da consolidação de uma economia aberta de mercado. Qual é a leitura correta e a explicação para a aparente contradição?

Em primeiro lugar, há de se recorrer ao bordão de que a divisão clássica entre esquerda e direita está completamente superada. É mais acertado falar de parlamentares mais ou menos comprometidos com teses privatistas ou estatizantes. A nova arrumação da geopolítica internacional, com seus movimentos econômicos globalizantes e ruptura de sistemas fechados, amalgamou posições, aproximando tons liberais da tintura socializante. O perfil mais acabado dessa mistura é um ente próximo ao social-liberal ou, ainda, o adepto da

social-democracia. A onda social democrata também chegou entre nós, abrindo os espíritos, refazendo cabeças e gerando novos posicionamentos.

Para explicar, ainda, a tendência social-liberal que poderá ser a marca do novo Congresso, não se pode deixar de lado a reordenação política e econômica nacional, que abriu a discussão em torno da reforma do Estado, estatização e privatização, modernização, resgate da dívida social, redesenho das atribuições da União e dos estados, temas candentes que gravitam em torno da estrela-maior de nossa constelação, o Plano Real. A hipótese mais adequada para explicar os traços liberais, com tonalidade social, do novo Parlamento está na idéia de que a preservação da estabilidade econômica exige reformas modernizantes. E estas, por sua vez, apontam para a necessidade de uma forte economia de mercado, sem prejuízo das conquistas sociais já garantidas. Os parlamentares começam a internalizar esse conceito.

Tal conformação de objetivos explica, por exemplo, os retoques que as novas lideranças partidárias pretendem dar aos partidos. O PFL lutará para fugir da redoma fisiológica e nordestina, na procura de vias mais abertas aos compromissos éticos. O PMDB, maior bancada, vai querer tirar o selo quercista que marca sua roupa. Procurará,

com dificuldades, recompor as trilhas do velho Ulysses. O PT, até que enfim, deixará de ser o território de vestais, radicais, profetas e xiitas. Entrará no debate nacional, abrindo-se à sociedade, deixando de ser propriedade de militantes e exterminando a ditadura das cúpulas. O PDT pulará na ciranda da modernização, desocupando a parede caudillesca do obsoleto Brizola. O PPR também deverá engolir pílulas de vida, barbeando a cara acentuadamente malufista. O PP e o PTB deverão consertar seus eixos tortos.

A safra parlamentar será boa. Dos 60 parlamentares, 307 foram reeleitos e 253 são novos. Em termos. Pois desses 253, apenas 152 deputados e um senador nunca exerceram mandato, o que dá uma renovação de 27%. Mas a renovação, está provado, não é sinônimo de qualidade. É preferível confiar na experiência de 59 ex-parlamentares, 40 ex-governadores, 27 ex-ministros, 49 ex-prefeitos que chegam às casas legislativas. É claro que existem matreiros e raposas. Mas o povo está acompanhando mais de perto a obra parlamentar. A fiscalização é mais intensa e o País, hoje, está atento às falcaturas. É preciso, portanto, muito cuidado. Felizmente, a crise brasileira, nos últimos anos, produziu um vírus contra a extrema caradepau.

■ Gaudêncio Torquato é jornalista e professor titular da USP